

49/2017

...presente... esta...  
o original, arquivado no...  
Câmara Municipal de Penacova  
e... 18 de Dezembro de 2017

N.º 133

**"P.A.M. / P.M. – REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL"**

Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e dezassete, entre:

- **MUNICÍPIO DE PENACOVA**, com o NIPC 506 657 957, sede no Largo Alberto Leifão, n.º 5, 3360-341 Penacova, representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Penacova, Humberto José Baptista Oliveira, titular do Cartão de Cidadão n.º 09879531 7 ZX9, válido até 13/11/2021, cujos poderes de representação são conferidos pelo disposto no artigo 35.º, n.º 2, alínea f), do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aqui como primeiro outorgante,  
E

- **EMBEIRAL – ENGENHARIA E CONTRUÇÃO, S.A.**, com sede na Recta da Ribeira, Travanca de Bodiosa, 3515-692 Viseu, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Viseu, com o NIPC 501 559 914, com o capital social de 750.000,00€, titular do Alvará de Construção n.º 2170, representada por António Carlos Marques Lemos, titular do cartão de cidadão n.º 06662466 e NIF 178942740, que outorga na qualidade de representante legal, aqui como segundo outorgante.

É celebrado o presente contrato, nos termos das cláusulas seguintes:

- 1.ª - O presente contrato tem por objeto a execução da empreitada de obras públicas "P.A.M. / P.M. – REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL".
- 2.ª - O primeiro outorgante, por deliberação da Câmara Municipal de quinze de setembro de dois mil e dezassete e após concurso público, deliberou adjudicar ao segundo outorgante a execução da empreitada identificada na cláusula anterior pelo montante de 505.244,43€ (quinhentos e cinco mil duzentos e quarenta e quatro euros e quarenta e três centimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável de 6% no montante de 30.314,67€ (trinta mil trezentos e catorze euros e sessenta e sete centimos), o que totaliza o valor de 535.559,10€ (quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e nove euros e dez centimos), adjudicação feita nas condições da proposta apresentada pelo segundo outorgante e dos demais documentos que ficam a fazer parte integrante do presente contrato.
- 3.ª - A minuta do contrato foi aprovada por deliberação da Câmara Municipal de Penacova de 3 de novembro de 2017.
- 4.ª - O prazo de execução do objeto do contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 5.ª - A regular execução do contrato é garantida pelo Seguro-Caução n.º 100018393/200 da COSEC – Companhia de Seguros de Créditos, S.A., garantia à primeira solicitação, no valor de 25.262,22€ (vinte e cinco mil duzentos e sessenta e dois euros e vinte e dois centimos),

correspondente à caução de 5% prevista no Programa de Concurso, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações.

6.<sup>a</sup> – A despesa do presente contrato será satisfeita por conta das verbas inscritas no orçamento do Município de Penacova, estando a prevista no código de GOP 02 246 2011/10, com a classificação orçamental 0102/07010405, com o cabimento n.º 24286 e com o n.º sequencial de compromisso 29229; no ano 2018 o montante previsível da despesa é 516.506,27€ (quinhentos e dezasseis mil, quinhentos e seis euros e vinte e sete cêntimos) com o código 02/246/2011/10/6 e com a designação Parque António Marques/Parque Municipal.

7.<sup>a</sup> - O segundo outorgante fez prova de que se encontra habilitado nos termos do artigo 81.º do CCP.

8.<sup>a</sup> - O segundo outorgante apresentou os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e fez prova, por certidões emitidas em 14/09/2017 e em 21/09/2017, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a Segurança Social.

9.<sup>a</sup> - Nos casos omissos do presente contrato, observar-se-ão os diplomas legais em vigor, nomeadamente o CCP.

10.<sup>a</sup> - Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

E ambos declararam que reciprocamente se obrigam a cumprir integralmente este contrato, aceitando as condições nele estipuladas, pelo que o vão assinar em duplicado, ficando cada um com um exemplar.


E eu, Cláudia Sofia Trindade de Albuquerque, Oficial Pública, o subscrevi e também assino.

Paços do Município de Penacova, 23 de novembro de 2017.

Pelo Primeiro Outorgante, o Presidente da Câmara Municipal de Penacova,



Pelo Segundo Outorgante, o representante legal,



A Oficial Pública,

